

**Despacho (extracto) n.º 17 706/2006**

Por despacho de 4 de Julho de 2006 do director regional-adjunto de Educação de Lisboa, nos termos do artigo 67.º do Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 139-A/90, de 28 de Abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 1/98, de 2 de Janeiro, foram autorizadas as requisições dos docentes André Filipe Faria Fernandes Cunha, Císbélia Maria Sousa Cevadinha, Edite Monteiro Coelho, Eduardo Vasconcelos Fernandes, Helena Maria Graça Leal, Hugo Carreira Martins Pereira, João Carlos da Conceição Moreira Veiga, João Miguel Soares Mendes de Oliveira, Jorge Alexandre Gago Pacheco, José Gabriel Gomes Pinto Marques Serrador, Luís Carlos Medeiros Couto de Sousa, Manuel Eddy Valente Resende, Manuel Ribeiro de Sousa, Maria João de Oliveira Valamatos, Maria de Lourdes Rovisco Curado Correia Machado, Nuno Miguel Casaca Mendes, Pedro Augusto Ferreira Paulo e Susana Patrícia Santos Henriques Barata, para exercerem funções técnico-pedagógicas neste Instituto a partir de 1 de Setembro de 2006 e até 31 de Agosto de 2007. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

1 de Agosto de 2006. — O Presidente da Direcção, *Luís Bettencourt Sardinha*.

## **PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA**

**Despacho n.º 17 707/2006**

Considerando a necessidade de assegurar o exercício das funções do cargo de director-geral do Secretariado Técnico dos Assuntos para o Processo Eleitoral (STAPE), presentemente vago na sequência da cessação de funções do anterior titular, por aposentação:

Considerando que a Resolução do Conselho de Ministros n.º 39/2006, de 21 de Abril, prevê, no âmbito da reestruturação do Ministério da Administração Interna, a extinção do STAPE, não se justifica proceder a uma nomeação definitiva naquele cargo, devendo aguardar-se pela consolidação das alterações orgânicas já aprovadas em Conselho de Ministros.

O licenciado Jorge Miguéis, actual subdirector-geral do STAPE, reúne as condições para o exercício daquelas funções.

Ao abrigo dos artigos 19.º e 27.º, n.ºs 1, 2 e 5, da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, é nomeado para exercer, em regime de substituição, as funções de director-geral do Secretariado Técnico dos Assuntos para o Processo Eleitoral o licenciado Jorge Manuel Ferreira Miguéis, cuja nota curricular se publica em anexo.

O presente despacho produz efeitos a partir de 21 de Julho de 2006.

17 de Julho de 2006. — Pelo Primeiro-Ministro, *António Luís Santos Costa*, Ministro de Estado e da Administração Interna. — O Ministro de Estado e da Administração Interna, *António Luís Santos Costa*.

**ANEXO****Nota curricular**

Jorge Manuel Ferreira Miguéis.

19 de Outubro de 1949, Coimbra (Sé Nova).

Licenciado em Direito pela Universidade de Coimbra (1974).

Assessor principal jurista do STAPE/MAI, que integra desde a fundação.

Cargos dirigentes exercidos em comissão de serviço no STAPE/MAI:

Chefe de divisão de Apoio Jurídico, de 1 de Outubro de 1980 a 31 de Março de 1993;

Director de Serviços Jurídicos e Eleitorais, de 1 de Abril de 1993 a 21 de Fevereiro de 1996;

Subdirector-geral, de 22 de Fevereiro de 1996 até à data (4.º mandato);

Director-geral, em regime de substituição, entre 1 de Julho e 7 de Setembro de 2003.

Outros cargos exercidos e algumas das principais funções e actividades:

Membro da Comissão Nacional de Eleições, desde 1996 (4.º mandato);

Membro da Comissão Interministerial para a Transição em Timor-Leste;

Representante do STAPE em Bruxelas em várias reuniões técnicas por ocasião da discussão das duas directivas eleitorais (1993-1994);

Representante do MAI junto do Ministério da Reforma do Estado e da Administração Pública no grupo de trabalho que procedeu à elaboração de propostas de leis eleitorais e legislação conexa (1999-2002);

Participante do grupo de trabalho constituído entre o MAI e o MJ para proceder a alterações pontuais ao Código de Registo Civil (por nomeação do SEAI de 3 de Maio de 2001), de que resultou o Decreto-Lei n.º 228/2001;

Participante, como perito em matéria eleitoral, em cerca de dezena e meia de missões de cooperação em Angola, Bulgária, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste;

Participante, como jurista, no apoio à elaboração do Código Eleitoral de Cabo Verde (1998-1999) e leis eleitorais de Timor-Leste (2006);

Integrante dos dois grupos de trabalho que foram incumbidos de planear e coordenar as acções a levar a cabo no âmbito do MAI e MJ com vista à actualização por via informática do recenseamento eleitoral;

Participante como docente convidado num módulo do curso de pós-graduação de Actualização Eleições e Democracia em Portugal e na Europa no ICS da UL (2004) e do curso de pós-graduação (actualização) em Direito da Comunicação Social promovido pelo ICJP da Faculdade de Direito da UL (2004);

Director técnico da revista do STAPE *Eleições*, desde 1997;

Participante como jurista e ou dirigente na organização e apoio técnico de todos os recenseamentos eleitorais (1975, 1978-1979, 1998 e 1999) e respectivas actualizações e em todos os actos eleitorais de âmbito nacional/regional (41), bem como referendos nacionais (dois) eleições autárquicas intercalares (largas centenas) e referendos locais (dois).

Trabalhos publicados — para além de múltiplos trabalhos publicados no âmbito da normal actividade de apoio técnico aos processos eleitorais e de recenseamento, a cargo do STAPE, publicou individualmente vários artigos em revistas científicas e, individualmente ou em parceria, editou 31 livros/compilações anotadas de legislação eleitoral.

## **MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA**

**Serviço de Estrangeiros e Fronteiras****Aviso n.º 9234/2006**

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 15 de Maio de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Agostinho Sanches, natural de São Miguel, República de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdiana, nascido em 28 de Outubro de 1955, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

3 de Agosto de 2006. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

**Aviso n.º 9235/2006**

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 15 de Maio de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Lúcio Correia Varela, natural de Santo Amaro, República de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdiana, nascido em 6 de Janeiro de 1961, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

3 de Agosto de 2006. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

**Aviso n.º 9236/2006**

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 15 de Maio de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Mariama Sedibé, natural de Alcântara, República Portuguesa, de nacionalidade guineense, nascida em 24 de Agosto de 1985, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei